



TÍTULO

Memória, Identidade e Cidadania nos processos de experimentação da perspectiva do Patrimônio Cultural através das experiências e vivências do Museu Vivo do São Bento

AUTORIA

TATIANE OLIVEIRA DE ASSUMPCÃO CORDEIRO*

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ/IM – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar Campus Nova Iguaçu. Contato: oliveiratati93@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A apreensão da inserção e atuação do Museu Vivo do São Bento na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, enquanto uma instituição que se utiliza da experimentação da perspectiva do patrimônio cultural para se pensar e fazer o Museu é de grande valia para a memória, identidade e cidadania da região haja vista que através da noção do patrimônio se preconiza a diversidade, a cultura e as identidades culturais.

O Museu Vivo do São Bento promove a difusão e experimentação da noção de patrimônio cultural associadas às novas perspectivas do campo da Educação Patrimonial que ajudam a diluir representações negativas vinculadas a região da Baixada Fluminense, a partir das experiências e vivências na consolidação e constituição de um referencial de patrimônio. As noções de Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial funcionam como ferramentas para inserção, através de políticas públicas, das diferenças e diversidades culturais locais.

Nesse viés é importante destacar que, na atualidade, a perspectiva patrimonial abre-se cada vez mais a novos processos de experimentação e inserção, especialmente no campo da cultura. Haja vista que após a Segunda Guerra Mundial tal noção foi ampliada e hoje se desenvolve um amplo diálogo em torno da noção de patrimônio cultural levando em consideração as singularidades culturais que contribuem política e socialmente para a construção ampla e diversificada das mais variadas expressões culturais da nossa sociedade.

E, é nesse sentido que o Museu se utiliza da perspectiva do patrimônio, através das atividades, projetos, programas e exposições que contam com a interação e integração da sociedade para pensar e repensar sua inserção política, cultural, social e educacional na região com vistas a estimular as memórias, muitas vezes, silenciadas e esquecidas dos moradores para consolidar a identidade da região da Baixada Fluminense. Integra, assim, a Educação Patrimonial como um princípio e uma ferramenta política, entendendo-a como um processo que se dá no interior das relações sociais com participação efetiva da sociedade em suas atividades, já que considera a comunidade local protagonista no processo de identificação e preservação do Patrimônio Cultural.

A Educação Patrimonial presente nas ações do Museu incita a constituição de novos patrimônios e atua no processo de (re)construção de lugares de sentido silenciados da Baixada Fluminense, já que

“a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco principal o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 19).

Além disso, o Museu Vivo do São Bento ao promover novas reflexões e debates em torno da perspectiva do patrimônio e sua preservação junto à sociedade civil, utilizando-se da Educação Patrimonial em seus programas, difunde a ideia da Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN) de que

“(...) as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais.” (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 20).

O Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias constituiu-se como um espaço educativo não formal que promove novas experiências e reflexões em torno da perspectiva do patrimônio, a partir da difusão da Educação Patrimonial junto à sociedade civil, contribuindo, dessa forma, para a constituição, recuperação e resignificação de “lugares de memória”¹ e de sentido na Baixada Fluminense, através do resgate e da difusão das especificidades e/ou singularidades locais que estão fortemente marcadas nas memórias individuais e precisam ser reconhecidas, “já que a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução.” (NORA, 1993, p. 9).

¹ Trata-se de um conceito cunhado pelo autor Pierre Nora que define a memória como um território importante para constituição das identidades. Nesse contexto, através da constituição desses lugares de memória, a noção de patrimônio cultural, pode incitar o sentimento de pertencimento e identificação da sociedade como um espaço de resignificações da memória e consolidações de identidades.

SABERES, HISTÓRIA E EXPERIÊNCIAS CONSTITUÍDAS E DIFUNDIDAS PELO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO

Diante de um mundo cada vez mais conectado, os lugares e ambientes tornam-se mais padronizados e os parâmetros globais se tornam referências importantes. Nesse cenário, o patrimônio precisa (re)encontrar seu espaço em conjunto com as diferenças e diversidades culturais das sociedades. Sendo assim, a noção de patrimônio e, mais especificamente, da Educação Patrimonial, podem vir a funcionar como ferramentas para a inserção, através de políticas públicas de projetos e ações que valorizem as diferenças e as diversidades culturais locais. Tais políticas podem vir a possibilitar uma interação mais ampla entre a sociedade e a localidade com as suas especificidades o que favorece a relação de aproximação e construção de identidades locais ao estimular a constituição de redes de pertencimento.

A apropriação do patrimônio cultural com vistas a consolidar a memória também contribui para o processo de formação identitária, pois memória e identidade possuem uma relação de complementaridade. Como destaca Michael Pollak, em seu estudo sobre a memória e a identidade social, o autor acredita que:

“quando a memória e identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual.” (POLLAK, 1992, p. 207).

Contudo, essa relação de complementaridade não é observada no caso da Baixada Fluminense, haja vista que, a identidade e a memória sobre a região não estão constituídas e instituídas e, por isso, não se relacionam, pois pode-se dizer que, sua História e imagem foram, de certa maneira, silenciadas e, até mesmo esquecidas, devido ao fato de que, ao longo dos anos, foram sendo associados aos municípios da Baixada Fluminense uma imagem negativa, de uma região pobre, violenta e de crescimento não acompanhado de planejamento e infraestrutura.

Esses municípios são vistos de maneira pejorativa, e, muitas vezes se observa nas redes sociais e inclusive nos jornais e na televisão notícias relacionadas à criminalidade, marginalidade e desastres naturais. Tais imagens difundidas pela mídia colaboram para reforçar preconceitos, pré-conceitos e estigmas sociais que vêm sendo feitas, em algumas

vezes, por falta de conhecimento e distanciamento com a região, sendo a mídia – seja as mais tradicionais como rádio, jornais, televisão; sejam as mais recentes, como as redes sociais – principal fonte de acesso e informação a respeito da Baixada Fluminense. De acordo com Ana Lúcia Silva Enne:

“A mídia impressa do Rio de Janeiro durante muito tempo reforçou e mesmo ensajou um senso comum sobre a Baixada Fluminense, onde ela aparece relacionada com o abandono por parte do poder público, violência urbana e péssimas condições de vida (falta de saneamento básico, baixa escolaridade, transportes deficitários, ausências de opções de lazer, ineficiência no campo da saúde etc.). Este enfoque dado pela grande imprensa acabou se refletindo na formação de uma opinião generalizada sobre a região, onde esta aparece associada a estigmas que marcam de maneira decisiva a vida de seus moradores, especialmente aqueles que trabalham ou mantêm contatos regulares com a cidade do Rio de Janeiro. De alguns anos para cá, algumas reportagens buscam quebrar esse senso comum, “revelando” pontos positivos sobre a Baixada. No entanto, mesmo quando procuram indicar tais aspectos positivos sobre a vida da Baixada, os grandes jornais muitas vezes acabam por reforçar os preconceitos rotineiros, pois a qualidade apontada é tratada como “novidade” ou “exceção””. (ENNE, 2003, p. 42).

Dessa forma, não se consolidou uma identidade e, também, um sentimento de pertencimento entre os próprios moradores da região, ainda que os mesmos saibam da existência e importância desses lugares de sentido e memória, já que resguardam algumas singularidades e especificidades locais, desde o artesanato e festividades às próprias relações sociais que tecem. O Museu Vivo do São Bento se estabelece como um lugar para a constituição e consolidação dessas memórias que existem de forma dispersa e ambígua, mas que se encontram nas relações de pertencimento nos diferentes grupos e indivíduos da Baixada Fluminense. Através da atuação político-pedagógico do Museu Vivo do São Bento, identidade e memória reencontram sua relação de complementaridade salientada pelo autor Michael Pollak.

No bojo desse processo, o Museu Vivo do São Bento tem contribuído para a desconstrução de estereótipos negativos vinculados a Baixada Fluminense. Desenvolve, assim, a (re)significação da região, a partir da recuperação das muitas memórias locais, que fomentam a construção de importantes lugares de pertencimento coletivo, através de atividades, projetos e programas. O Museu é uma instituição que foi criada em 2008, no

âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, a partir da reivindicação dos profissionais nas áreas da Educação e da Cultura do município e, é vinculado ao Centro de Referência Patrimonial e Histórico do município de Duque de Caxias.

Os agentes sociais do Museu Vivo do São Bento pregam a museologia² comprometida com a transformação social com potência política, cultural e pedagógica que ao transformar o meio transforma a todos. Essa ideia é perceptível desde o nome do Museu, já que no interior de suas ações, o patrimônio é tomado como algo vivo e, encontra-se na pluralidade cultural e das experiências pessoais, por isso, Museu Vivo para afirmar que o mesmo constitui-se por pessoas e que essas são fundamentais na preservação do patrimônio.

Assim, o processo de patrimonialização pode ser resultado das mais variadas vivências e experiências que o próprio patrimônio suscita na sociedade civil, como as difundidas pelo Museu Vivo do São Bento através de suas atividades, projetos e programas que recuperam elementos nas diferentes modalidades vinculadas à produção artística regional, ao artesanato, a tradição oral e festividades que contam com total interação e integração da comunidade se utilizando, também, de práticas que integrem a Educação Patrimonial no fomento a preservação e valorização do patrimônio cultural.

A valorização do patrimônio viabiliza novos mecanismos de construção identitária, rompe com estereótipos associados à imagem local, consolida as memórias coletivas e leva ao exercício da cidadania, estimulando o indivíduo a conhecer seu espaço físico e social e, portanto, a questionar seu papel enquanto sujeito civil e político. Assim, o conhecimento e os processos de experimentação da perspectiva do patrimônio contribuem para o acesso a cultura e para o exercício de cidadania. Nota-se que “o tema patrimônio vem sendo discutido sob diversas esferas e categorias teórico-metodológicas com múltiplos olhares e questionamentos.” (ANGELO, 2016, p. 7). Nesse contexto, o Museu Vivo do São Bento, favorece para a que a noção de patrimônio se abra novos processos de experimentação e inserção, como no campo da cultura.

Por isso, há que se comentar que, o patrimônio e sua importância maior está no sentimento e na memória que ele abriga, que não engloba apenas valores econômicos, mas também e, principalmente, valores simbólicos, como a noção de memória afetiva que

² No campo internacional da museologia a partir dos anos 1960/70 iniciou-se uma série de debates em torno dos tradicionais modelos museográficos. Entra em voga o termo nova museologia ou museologia social, que atribui ao museu o papel de agente com função social a partir de práticas que respeitem a diversidade cultural e íntegra, de fato, a comunidade local.

consolida a noção de patrimônio no indivíduo, despertando vínculos que o levam a querer exercer sua cidadania. As práticas educativas desenvolvidas pelo Museu incitam ao resgate dessas importantes memórias coletivas que são à base das identidades e singularidades locais.

Nesse contexto, o patrimônio cultural fomenta a memória coletiva, a identidade e a cidadania. Sendo a memória uma representação do passado, histórica e social, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade (LE GOFF, 1990) e, incita, assim, na sociedade o sentimento de identificação e reconhecimento fundamentais para a preservação do patrimônio cultural e da consolidação da identidade cultural. Por isso que revitalizar e potencializar o patrimônio cultural a partir de lugares de sentidos é fundamental para que a percepção da identidade não se perca, mas seja renovada.

Portanto, a comunidade é quem deve ser a principal produtora de valor para que o uso e a efetividade do bem sejam em benefício da sua preservação e também para a própria comunidade. Pois como demonstrado por Françoise Choay em seu livro “A alegoria do Patrimônio” (2006), torna-se perceptível que nas relações entre a indústria cultural e o patrimônio, a conservação do mesmo passa, em algumas situações, apenas pelo interesse econômico-financeiro e, não mais por sua relação com a identidade social e/ou por sua relevância histórico-cultural.

Nesse contexto, os processos de patrimonialização e experimentação da perspectiva do patrimônio possuem papel de destaque para que se construa um referencial de valorização e preservação do mesmo. Utilizar-se de novos caminhos³ e possibilidades para se pensar o patrimônio, como o Museu Vivo do São Bento busca fazer, incita novas reflexões em torno da valorização do patrimônio cultural na Baixada Fluminense, bem como os seus mecanismos de patrimonialização de práticas culturais que se desdobram na constituição de uma nova perspectiva identitária e cidadã.

Um dos projetos do Museu que toma a perspectiva de experimentação do patrimônio mais a fundo é o programa “Jovens Agentes do Patrimônio” que contribui para que os jovens da comunidade local construam um referencial de valorização e preservação do patrimônio cultural através de processos de experimentação da própria perspectiva patrimonial, já que

³ O Museu Vivo do São Bento também é conhecido por ser um ecomuseu que pensa o espaço da sua localidade a partir de suas singularidades como fundamental para a construção de cidadania e pertencimento, respeitando o meio ambiente. Também é um Museu de percurso, já que para conhecer é preciso percorrer seu território, conhecendo a História nas diferentes temporalidades, desde o sítio arqueológico dos sambaquis ao antigo Casarão Beneditino da fazenda São Bento, ambos tombados pelo IPHAN.

entende que o mesmo não está restrito a uma lista oficial definidora do IPHAN, por exemplo, para se preservar e conservar o que é ou não é considerado patrimônio. Esses processos de experimentação são vivenciados através de diálogos, reflexões e debates para se construir o referencial de patrimônio coletivamente, através da atribuição de valor, identificação e reconhecimento. De acordo com Mário Chagas:

“desde a sua criação até a atualidade o Museu vem desenvolvendo ações de mapeamento, identificação, pesquisa e proteção do patrimônio cultural de Duque de Caxias e, por esse caminho, vem produzindo impactos notáveis para o melhor conhecimento da história local e para a preservação do patrimônio cultural.”
(CHAGAS, 2015, p. 5).

Suas atividades buscam promover conhecimento e identificação com elementos do cotidiano que passam a ser apreendidos e vivenciados como práticas culturais e, corrobora para que o conceito de patrimônio não seja construído apenas com base em disputas políticas e de poder, mas a partir da construção coletiva. Portanto, o Museu “articula a defesa do patrimônio, a intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e o envolvimento das comunidades locais nessas questões, afirmando e confirmando, portanto, o sentimento de pertencimento e as ações dos sujeitos construtores do seu tempo.”⁴

Percebe-se, assim, que para os agentes sociais do Museu Vivo do São Bento, para que o bem seja considerado patrimônio é necessário que exista significação, que a sociedade tenha atribuído a esse bem valor simbólico e sentimento de identificação, já que “patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade.” (CHUVA, 2012, p. 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Vivo do São Bento apresenta resultados que podem ser presentificados no cotidiano, para quem o vivencia diariamente e para quem o visita. Para além do espaço

⁴ Retirado do site do Museu Vivo do São Bento. Disponível em: <http://www.museuvivodosoabento.com.br/institucional> e, acessado em setembro de 2016. No site do Museu é possível encontrar uma descrição da instituição e das atividades que promovem a experimentação na noção de Educação Patrimonial e do próprio patrimônio cultural.

acadêmico ou museal, a sociedade local passa a conhecer a História da região, interagindo com o espaço do Museu e promovendo a própria comunidade nas festividades, nos eventos e também na História Oral importante para resgatar a memória e consolidar a identidade. Promove, assim, a diversidade cultural para a efetiva valorização do patrimônio cultural, resgatando e difundindo as tradições da comunidade, pensando o Museu a serviço da comunidade, já que é ela quem o vivencia diariamente, assim como o próprio patrimônio e, por isso é ela quem deve atribuir valor no bem e na prática cultural para preservá-los.

A partir das perspectivas apreendidas pelo Museu Vivo do São Bento é possível apreender que para ser considerado patrimônio é preciso existir significação e valor (simbólico, afetivo, cultural, por exemplo), já que o bem se constitui pela interação social e cultural. Assim, os processos de experimentação de patrimonialização, a inserção ampla do campo da cultura, as referências à identidade, a diversidade e a cidadania corroboram para a constituição do patrimônio cultural em associação com a memória, já que essa assegura que toda ação humana seja permeada pelas experiências anteriores, fomenta-se, então, as memórias coletivas ensejadas a partir da interação com o patrimônio cultural.

As práticas culturais da sociedade civil da Baixada Fluminense em articulação com as atividades do Museu Vivo do São Bento viabilizam a apreensão de como o Museu inscreve a noção de patrimônio, que tem como pauta não a sua materialidade ou tangibilidade, mas sim o sentido, valor e significado atribuído, já que no âmbito do Museu o patrimônio se afirma e reafirma no cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Os caminhos do processo de formação do patrimônio cultural: Ideais e perspectivas contemporâneas sobre a educação para a memória e o pertencimento*. In: *Concepções, Memória e Patrimônio Cultural. História, Sociedade e Educação em foco*. Organizadores: Elis Regina Barbosa Angelo e Euler David Siqueira. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CHAGAS, Mario Souza. *Patrimônio é o caminho das formigas....*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 2016.

CHOAY, Françoise. Alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. ISBN 978-85-7448-030-5.

CHUVA, Márcia. *Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n° 33, p. 147-165, 2012.

_____. *Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica, Ética e Política*. In: Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

ENNE, Ana Lúcia Silva. Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense. Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano II, n° 02, p. 37-52, 2003.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão. Campinas; SP: Editora UNICAMP, 1990, ISBN 85-268-0180-5.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História, São Paulo, n.10, dez, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.